

Em busca de prometeu: a transformação do trabalhador em capitalista individual.

Milena Bendazzoli¹

André Rego Viana²

RESUMO: O objetivo do presente artigo é discutir como o processo de mudanças moleculares nas relações entre capital e trabalho das últimas décadas gerou consequências políticas, resultando na perda da potência política da classe trabalhadora e na cooptação de parte desta para um projeto fascistizante de sociedade. Para tanto os autores lançam mão de teorias do campo marxista desenvolvidas por Francisco de Oliveira e pesquisadores a ele associados buscando uma atualização das bases teóricas.

Palavras-chave: classes sociais, capitalismo, modo de produção, plataformização, política.

ABSTRACT: The objective of this article is to discuss how the process of molecular changes in the relations between capital and labor in recent decades generated political consequences, resulting in the loss of the political power of the working class and the co-option of part of it into a fascist project of society. To this end, the authors use theories from the Marxist field developed by Francisco de Oliveira and researchers associated with him, seeking to update the theoretical bases.

Keywords: social classes, capitalism, mode of production, platformization, politics.

Introdução

As transformações do capitalismo contemporâneo têm criado uma densa neblina sobre os processos de transferência de mais-valia entre trabalhadores não mais sujeitos ao vínculo de assalariamento clássico e o capital das grandes empresas. Isto se deu através da atomização de processos produtivos que correspondem ao modo de produção da chamada terceira revolução industrial, caracterizada pelo paradigma tecnológico molecular-digital e que agora avança para a indústria 4.0.

Do ponto de vista dos indivíduos, a crescente terceirização - seja através da contratação de empresas, seja pela transformação dos indivíduos em prestadores de serviços particulares -, o fenômeno da plataformização e outras formas de precarização das relações de trabalho, contribuem para a

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em Economia Política da Universidade de Brasília (FACE-UnB) e Tecnologista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

² Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos sobre Estado e Instituições do Instituto de Economia Aplicada (Diest-IPEA).

eliminação das formas de organização que permitiam à classe trabalhadora se reconhecer como tal nos termos de Thompson (2004).

O processo pelo qual tal ofuscamento se deu, e as consequentes transformações na consciência da classe trabalhadora, foi estudado por Francisco de Oliveira em diversas obras, ainda com o processo em desenvolvimento, tendo o autor percebido grande parte dos contornos atuais do problema. Tais transformações, observadas na base material das sociedades ocidentais, têm apresentado reflexos ideológicos e políticos crescentes e demandam a ousadia de darmos um passo à frente, buscando elucidar a forma como a transformação das relações capitalistas pode explicar essa nova organização totalitária da forma capital e suas novas formas de subsunção dos indivíduos ao imperativo categórico de acumulação que compõem o processo, mas ao mesmo tempo estão além, da subjetivação neoliberal como proposta por Dardot e Laval (2016). Embora pensadas originalmente em termos de Brasil, acreditamos que as ideias aqui contidas tenham conteúdo universal.

Este artigo se inicia com uma seção na qual se resumem as reflexões de Oliveira sobre as transformações das classes sociais na virada do século. Em seguida se faz um resumo da proposição teórica de Viana (2005), que, sob a orientação de Oliveira, buscou entender as dinâmicas entre empresas capitalistas com base na teoria da hegemonia gramsciana e que dão base ao desenvolvimento aqui proposto. Como conclusão, retomamos reflexões de Oliveira e propomos uma atualização da interpretação dos efeitos da nova relação capital-trabalho em sua forma atomizada capital-capital e seus reflexos no campo da ideologia e da política.

A teoria da indeterminação: O elo perdido entre a classe e a política

A perda das formas

O pensamento de Francisco de Oliveira sobre as transformações das classes sociais é fundamental para compreendermos o processo de anulação da política e da ascensão do fascismo contemporâneo. Nos anos 1990, a reação conservadora que assume o caráter de um desmanche neoliberal reorganiza a sociedade a partir de uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores (tomem-se as sucessivas reformas “flexibilizadoras” das relações de trabalho e reforma da previdência por exemplo) e contra as organizações dos trabalhadores (no Brasil foi o caso do embate com os petroleiros em 1995 e a extinção dos espaços de negociação das câmaras setoriais, por exemplo). O desmanche envolveu ainda um vasto programa de privatizações que contribuiu para uma concentração e internacionalização da produção no Brasil e acarretou a perda de uma grande quantidade de postos de trabalho. Todos esses fenômenos significaram um forte abalo para as classes trabalhadoras e compõem um quadro social que leva à perda da potência política da classe trabalhadora. No entanto,

há ainda um ponto a ser desenvolvido para completar esse quadro que é o entendimento, dentro da teoria marxista, de como se estabelecem as novas formas como os trabalhadores passam a ser explorados e seu reflexo no campo da consciência de classe e da política, como veremos adiante. Inicialmente, contudo, avançaremos nesta seção nas análises de Oliveira sobre como a questão da mudança técnica da produção, que levou a enorme aumento da produtividade e a mudanças nas bases materiais das classes trabalhadoras, afetou também a possibilidade de sua representação e sua ação política.

As classes sociais já eram tema central na obra de Oliveira desde a década de 1970. Na *Crítica à Razão Dualista* ele coloca a questão do trabalho informal no centro do debate sobre a forma específica de acumulação capitalista na periferia. A informalidade foi um tema muito presente em suas obras desde então. Na *Crítica* ele demonstra que o trabalho informal, as formas de trabalho vistas como “pré-capitalistas”, ou “atrasadas”, não são um resíduo, algo que seria substituído por formas modernas de trabalho assalariado com o processo de desenvolvimento econômico. Na economia brasileira o trabalho informal não está nas margens da sociedade capitalista moderna, esperando ser incorporado pelo desenvolvimento, ele constitui a própria forma do capitalismo periférico, ele é essencial na viabilização do setor moderno, pois são os trabalhadores informais que garantem um rebaixamento nos custos de reprodução da força de trabalho. O informal, portanto, é o negativo da modernização, como algo integrado, ainda que invisibilizado, tornando sustentável a industrialização em seu modo periférico de acumulação capitalista. O trabalho informal, em particular no setor de serviços, aparece assim como uma nova forma da economia de subsistência, transferindo do rural para o urbano a determinação da curva de Lewis (1954).

Nos anos 1980, Oliveira desenvolveu uma pesquisa sobre as classes sociais na Bahia, que foi publicada com o título *O Elo Perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. Na introdução teórico-metodológica, Oliveira apresenta uma densa explicação sobre o estudo das classes e da identidade de classe. O trabalho, publicado originalmente em 1987, é exemplar enquanto desenvolvimento do método de estudo marxista das classes sociais. Na ocasião de sua reedição de 2003, porém, o autor observa que a estrutura de classes em Salvador já não era mais a mesma e o *elo*, entre as classes e a política, que antes estava perdido, agora já não existia mais, avassalado pelas mudanças da década de 1990. A possibilidade de as classes trabalhadoras ganharem visibilidade enquanto sujeitos políticos capazes de oporem suas demandas às demandas do capital se tornava cada vez mais remota com o avanço do programa de desmanche neoliberal.

Nos anos 2000, principalmente entre as obras *Passagem na neblina* (2000) e *Política numa era de indeterminação* (2007), Oliveira volta para o tema das classes sociais para desvendar um

acontecimento nomeado, equivocadamente, de “perda da centralidade” do trabalho. Quando Oliveira escreve sobre a classe trabalhadora nos anos 2000, já não se tratava mais de uma contraposição entre o operariado industrial, ou o trabalho assalariado formal e o trabalho informal. A própria categoria de “informal” perdia seu sentido diante da expansão da *informalização* sob várias formas.

Anteriormente, o longo movimento associado à primeira e segunda revolução industrial,

por suas formas técnicas, abriu o caminho para a formação de grandes massas de trabalhadores que, apropriando-se dessa relação, em dialética com o socialismo, deram lugar à classe operária. Tratou-se de um movimento no sentido de publicização das relações. O Estado de Bem-Estar surge na esteira desse processo (Oliveira, 2000, passagem na neblina: 17)

O operariado industrial foi a classe que emergiu da forma indiferenciada da pobreza. No marxismo, o entendimento de partido político como emanção da classe e a classe como fundamento do partido orientou as propostas de transformação social no sentido do socialismo. E, de fato, os partidos políticos com programas socialistas se originaram e se ancoraram na classe operária e seus coletivos. Assim, estabeleceu-se uma relação classe-sindicato-partido como uma interação, uma mútua construção.

Com o alargamento das bases do operariado e o aumento das tensões sociais, os canais privados foram insuficientes para processar os conflitos, que se publicizaram, construindo um espaço público de disputa pelo fundo público.

Sabem-se os resultados que produziu: a constituição de uma sólida classe social, o deslocamento do conflito do contrato mercantil para o campo dos direitos sociais, e, no limite, pelo papel do fundo público na acumulação, uma espécie de poder de veto sobre o capital. Este é o fundo do conflito do qual emergiu, como reação, o neoliberalismo (Oliveira, 2000, passagem na neblina: 18)

No Brasil, desde os anos 1970, o trabalho industrial deixou de se afirmar como tendência dominante e passou a haver um aumento expressivo no setor de serviços, repercutindo a tendência mundial. A mudança técnica da produção da terceira revolução industrial enxugou o trabalho industrial, além de mudar as formas organizacionais da produção. Isso trouxe consequências para o movimento sindical e, nos termos de Thompson, a experiência de classe se alterou. Em grande parte, essas mudanças técnicas da produção representaram mais uma mudança simbólica, uma produção de “des-identidade”, que uma mudança operacional da produção. Entre as práticas de gestão adotadas, havia

também novas formas ideológicas, atuando no sentido de romper a relação classe-sindicato e operando a transferência da identidade de classe do sindicato para a empresa³. Entre as práticas de gestão, algumas abalavam ou mesmo rompiam essa relação classe-sindicato, explorando novos recursos como a participação dos empregados nos lucros da empresa, por exemplo, deixando de fora os sindicatos.

A combinação da privatização, desnacionalização e, sobretudo, o aumento da produtividade do trabalho, levou à formação de uma massa cada vez maior de trabalhadores em desemprego aberto ou em trabalhos “informais”, trabalhos sem contrato e sem *forma*. As formas desorganizadas do trabalho adquirem um novo sentido no capitalismo mundializado, diferente daquele que Oliveira analisara trinta anos antes na *Crítica à razão dualista*, mas representando ainda, contudo, um importante recurso para extração de mais-valia.

Nas periferias globais, a informalização do trabalho, por ser um componente estrutural funcional ao processo de acumulação, não foi tão claramente percebida como resultado de um processo específico do final do século XX, como foi nos países centrais. Mas, para Oliveira, criou-se um novo sentido da informalidade, com uma velocidade e abrangência do seu crescimento no Brasil, que precisava de um novo olhar e de novas categorias para ser compreendida. Níveis muito elevados de informalidade foram alcançados no governo Fernando Henrique Cardoso, não como uma condição passageira, mas em taxas que se mantinham elevadas, apontando para um fenômeno de longa duração. A reestruturação produtiva e a desindustrialização são movimentos de concentração de capital e de aumento da produtividade, que enxugaram os quadros do emprego industrial em nível global. Assim, para além das mudanças nas formas do trabalho no emprego tradicional e da expansão do trabalho precário, a situação de explosão do desemprego aberto completou o quadro daquilo que passou a ser amplamente debatido como “perda da centralidade” do trabalho, que em seu movimento real é um processo de *informalização*, uma redefinição do trabalho.

Ao elaborar sua teoria sobre o estado de exceção⁴, Oliveira identifica as mudanças no mercado de trabalho como um dos aspectos formadores do estado de exceção: aquilo que deveria ser exceção, a “informalidade” se torna a regra, pois os atributos do informal (flexibilidade, polivalência e iniciativa), passam a ser característica até mesmo do trabalho formal. No mercado de trabalho do

³ A dissertação de mestrado da co-autora, sob orientação de Oliveira, consistiu em uma pesquisa sobre esse tema. “O consenso dos inocentes: construção do consentimento e privatização da vida” 2004.

⁴ A teoria está presente em diversos textos, mas é apresentada de forma mais aprofundada em Oliveira, F “O Estado e a exceção: ou o Estado de Exceção?” In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, maio 2003.

avesso, a ideologia neoliberal criou o consenso em que o formal se tornou privilégio e a previsibilidade, burocracia.

A reestruturação produtiva, o toyotismo, o paradigma molecular digital aplicado ao trabalho, a informalização e o desemprego aberto compõem um conjunto de mudanças visíveis que se resolvem em dois movimentos reais mais amplos. O primeiro diz respeito à extensão do assalariamento. A extensão do assalariamento é a incorporação de profissões de nível superior que antes tinham relativa autonomia e em sua maioria não atuavam como assalariados, como médicos, arquitetos, advogados, além de novas categorias de trabalhadores em funções “executivas” nas empresas.

O segundo movimento foi a ampliação e privatização do tempo de trabalho. As jornadas de trabalho foram estendidas em diversas modalidades de novas ocupações. Outras novas modalidades de trabalho puderam, com recursos técnicos de informática e telecomunicações, deslocar trabalhadores para trabalho remoto, pelo qual eles ficam disponíveis, em alguns casos, por períodos muito mais amplos que a jornada de trabalho regular, às vezes 24 horas por dia (lembrando que o modelo de trabalho por aplicativo, tipo Uber, só passou a existir no Brasil vários anos depois dessas análises de Oliveira)

O movimento de ampliação do assalariamento é a outra face de sua privatização, em sentido rigoroso. Mesmo no que ainda se define como emprego, dá-se uma privatização, que não quer dizer estritamente emprego no setor privado: quer dizer ausência da dimensão pública. (Oliveira, 2000,16)

A privatização é também o tempo de trabalho que avança, ocupando o tempo do não-trabalho, tempo de fruição privada. Há também o trabalho que é suprimido na empresa e passa a ser trabalho do cliente ou usuário, como por exemplo, o de gestão da conta bancária, caixas de supermercados, marcação e emissão de passagens aéreas, dentre outros, no qual existe uma ocupação não remunerada do tempo do cliente. Todas essas modificações repercutem como redução do gasto das empresas com salários. No Brasil, a tendência declinante dos salários era claramente visível na década de 1990.

A socióloga Ludmila Abílio analisa a metáfora da passagem na neblina⁵, que tem múltiplos significados no artigo de Oliveira: a neblina se refere tanto à perda de forma das categorias que orientam o reconhecimento da classe, da ação política, do conflito de classe, como também se refere às próprias indistinções que passam a atravessar o mundo do trabalho. Essa nebulosidade é também

⁵ Abílio, Ludmila, exposição em seminário on-line “O Ornitorrinco”, organizado pelo instituto Alameda e Boitempo Editorial em novembro de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2ixD7k0O3IE&t=1756s>

a indistinção, indiscernibilidade, que estão no cerne do trabalho, nas figuras do emprego on-line e do trabalhador just-in-time, que está disponível para ser solicitado pelo capital. Com isso, se produz a indistinção no tempo e do espaço do trabalho. O trabalhador se torna disponível, tornando-se indiscernível o tempo do trabalho do tempo privado, todo o tempo se torna passível de ser incorporado como espaço para extração de mais-valia absoluta. Além disso, a ampliação do assalariamento operou uma fusão de tal modo que quase todos os trabalhadores passam a ser membros intermitentes/latentes do exército industrial pela informalização e desqualificação do trabalho, sendo necessária, portanto, uma nova interpretação sobre o problema do “exército industrial”, outra categoria que se tornou nebulosa.

Esse conjunto de modificações tem impacto na formação da classe social. Oliveira avalia, em *Passagem na neblina*, que não havia ainda uma resposta pronta para essa situação, era uma situação nebulosa, nada estava claro. Entre os fatos discerníveis que Oliveira coloca em evidência, um é que já estava evidente que o modelo atual tem como resultado a ampliação do tempo de trabalho total, se diferenciando de momentos anteriores de saltos nos avanços técnicos, quando a expansão da extração de mais-valia relativa foi preponderante.

Em *O Ornitórrinco* (2003a), Oliveira explica o aumento da produtividade do trabalho na forma técnica molecular digital:

Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento de mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. Em sua dupla constituição, as formas concretas e a “essência” abstrata, o consumo das forças de trabalho vivas encontrava obstáculos, a porosidade entre o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. Todo crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas (Oliveira, 2003a, 135)

A distância entre o tempo de trabalho total e o tempo de produção se encurta ao extremo. Isso está muito relacionado à nova forma do trabalho sob demanda, que elimina o tempo de não trabalho, ou melhor, o transfere para o próprio trabalhador. Logo, o capital remunera apenas o tempo efetivo de produção (é precisamente o caso do trabalhador de plataforma). Trata-se de uma demanda histórica do capital, de eliminar os tempos de não trabalho na jornada⁶, e as tecnologias possibilitam que isso

⁶ E aqui, a proposta recém posta pelo governo brasileiro de regulamentação do Uber abre um perigoso precedente ao estabelecer como tempo efetivamente trabalhado aquele entre a aceitação da chamada e seu encerramento, transferindo ao trabalhador o tempo morto. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2391423 .

se realize hoje de forma muito eficiente. A tendência moderna é suprimir o salário como adiantamento do capital, atrelando-o à venda do produto, de modo que o rendimento dos trabalhadores passa a depender da realização do valor no trabalho precário (no setor assalariado tradicional a forma anterior continua, mas a tendência é aproximar este das formas precarizadas). O trabalho por peça, que Marx apontava como o predileto do capital, se une ao *just-in-time*, criando o casamento perfeito entre tempos de produção/extração de mais-valia. Isso muda a relação de trabalho, o trabalho deixa de ser custo do capital.

Mas o fenômeno que preside a tudo é a enorme produtividade do trabalho: se o capital não podia igualar tempo de trabalho a tempo de produção pela existência de uma jornada de trabalho, e pelos direitos dos trabalhadores, então se suprime a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores (Oliveira, 2003a, 137)

As regras do Welfare tornaram-se obstáculos, pois estabelecem os salários como adiantamento do capital e limitam a exploração no universo da jornada de trabalho. Assim, a contrarrevolução conservadora exige a supressão dos limites da jornada e demais direitos do trabalho. É, portanto, contra as formas de contrato de trabalho que se rebela o capital como veremos adiante.

Essa forma que se projeta inclusive no núcleo desenvolvido do capitalismo, a informalização, enquanto processo que se difunde pelo programa neoliberal, é uma generalização daquilo que a periferia já conhecia: a flexibilização, a polivalência, a iniciativa, a transferência para o trabalhador da responsabilização sobre a gestão da sua sobrevivência. Nos anos 1990 o sociólogo alemão Ulrich Beck (1992) cunhou o termo “brasilianização” para descrever as mudanças no trabalho no Centro global. O diagnóstico de Oliveira era o de que na situação específica da periferia, o efeito dessas mudanças no trabalho foi devastador, uma vez vencidos os poucos nichos de produção fordista, restou a extração de mais-valia sem resistência capaz de impedir a exploração sem limites.

Nada está tão ruim que não possa piorar

Oliveira voltou-se para a questão da tecnociência e o capitalismo molecular-digital, a mudança técnica na produção, não para encontrar o “fim das classes”, nem o “fim do paradigma do trabalho”. Ele parte do “salto nas alturas” da produtividade do trabalho, como ponto nevrálgico do desmanche, que se combinou com o movimento de mundialização do capital, para atualizar suas teses sobre o espaço público e a disputa do fundo público sob uma nova forma de acumulação capitalista. Não foi o único autor a tratar desses temas, mas não teríamos espaço aqui para tratar de cada abordagem dada ao processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996 e 1998; Eichengreen, 2000, etc.) ou da precarização do trabalho (Braga, 2012; Alves, 2014, etc.), ou ainda das novas conformações das

classes médias ou das classes trabalhadoras (Neri, 2011; Pochmann, 2012, etc.), ou a construção de uma nova subjetividade neoliberal (Dardot & Laval, 2016). A lista seria quase interminável.

Pretendemos, contudo, apontar e discutir um elemento que se torna cada vez mais central do processo de desenvolvimento do capitalismo a partir de conclusões de um trabalho orientado por Oliveira no início dos anos 2000 e que resultou numa tese de doutorado sobre as novas conformações do capital, pouco explorada até pelo próprio autor.

A proposição da Renda (diferencial) de Poder das Empresas Rede

Viana (2005) propõe a ideia de que as empresas do capital concentrado desenvolveram uma nova forma de renda monopolista a partir de sua capacidade de punccionar os lucros (i. é, a mais-valia extraída por empresas que lhe são fornecedoras ou distribuidoras de seus produtos). Pois

é no processo de coordenação da produção que se verificam as ações de construção e disseminação de relações culturais e políticas através das quais o capital concentrado subordina a seu processo de acumulação os capitais que se encontram a ele ligados no processo produtivo. Às trocas desiguais que denotam posições monopolistas somam-se situações que re-introduzem na circulação capitalista situações pretéritas do modo de produção, baseadas no lucro comercial direto e também na usura. O lucro comercial reaparece agora não como algo fortuito, mas como algo estrutural, calcado na imposição de preços mais baixos à jusante, ou mais altos à montante da cadeia produtiva, em favor da empresa dominante, enquanto a usura se consubstancia em taxas de juros despregadas das teoricamente praticadas como “médias” pelo mercado (Viana 2005, 196).⁷

Ainda segundo o autor:

A forma concreta e específica das diferentes produções, e das diferentes formas de apropriação do excedente, correspondem a uma forma geral burguesa de apropriação privada do mesmo. Por outro lado, as disfunções do mercado levam ao surgimento de formas de apropriação indiretas do

⁷ A base do argumento se encontra em Marx na medida em que “a força produtiva do trabalho está determinada por múltiplas circunstâncias, entre outras pelo nível médio de destreza do operário, o estado de desenvolvimento em que se acham a ciência e suas aplicações tecnológicas, a escala e a eficácia dos meios de produção, a coordenação social do processo de produção, e as condições naturais” (Marx, 1984, I/1: 49, sublinhado nosso) em conjunto com as constatações de Chesnais quando aponta que “A empresa-rede apresenta-se então, não como uma ‘ruptura’ com as hierarquias e a internacionalização, mas antes como uma nova forma de organizar e gerenciar essas hierarquias, bem como de maximizar as possibilidades de ‘internalizar’ as ‘externalidades’ [...] proporcionadas pelo funcionamento da rede” (Chesnais, 1996: 109).

excedente, na forma monetária, financeira e a decorrente da concentração setorial dos capitais que derivam da estrutura de mercado oligopolista. Assim, paralela à construção de uma justificativa para a apropriação do excedente por parte da classe burguesa como um todo, processa-se um conjunto de operações através das quais setores da burguesia apropriam-se de parcela dos lucros extraídos por outros capitalistas. Esta operação se dá através das empresas de capital altamente concentrado do capitalismo contemporâneo. Por deter a capacidade de determinação do padrão tecnológico a ser utilizado, tais empresas impõem a seus fornecedores um determinado padrão de produção (a forma de relação do homem com a natureza), impõem a seus distribuidores uma forma de relação com a clientela (a forma da relação social da troca) e impõem à sociedade como um todo uma determinada forma de relação com seus produtos (a forma de relação do homem com o produto do trabalho, expressa no consumo como segunda natureza). Ou seja, elas são capazes de determinar as relações básicas do próprio modo de produção. E, além disto, os modernos oligopólios detêm a capacidade de determinação das taxas de rentabilidade (a forma de repartição e apropriação do excedente) das diferentes operações em que se decompõe a cadeia produtiva, através do controle que exercem sobre este mercado, que vai muito além da formulação proposta por Galbraith (1994). (Viana, 2005: 192-3).

Resumindo o argumento, com o risco de simplificá-lo em excesso: o grande capital concentrado desenvolveu formas através das quais subordinou empresas menores por meio de contratos seja de fornecimento exclusivo, seja de exclusividade em processos de manutenção de produtos no pós-venda, ou da distribuição de produtos, através dos quais regula a taxa de lucro de cada parte da cadeia produtiva desde a extração de matérias primas até o pós-venda. O exemplo apresentado por Chesnais (1996) à época era a Benneton⁸, marca de roupas italiana que dominava uma ampla rede de produção e distribuição sem que tivesse uma única unidade fabril com linha de produção⁹ ou lojas próprias, mas o processo se dava em diversos setores industriais e continuou a se desenvolver como veremos adiante. Neste sentido,

⁸ Como veremos adiante, o exemplo da Benneton se tornou brincadeira de criança quando comparado a Uber, Ifood, Airbnb e congêneres.

⁹ Sua “fábrica” apenas produzia protótipos e desenhos. A empresa com cerca de 850 trabalhadores diretos comandava a produção de 170 fábricas (cerca de 25 mil trabalhadores) e outros 4.500 postos de venda em sistema de *franchising* distribuídos em 52 países alcançando outros 40 mil trabalhadores

A renda de monopólio (expressa pela transferência da parcela de mais-valia que seria atribuída ao pequeno produtor para a grande empresa) aparece aqui de forma direta e muitas vezes brutal, consubstanciando-se como um tributo cobrado diretamente aos pequenos capitais em troca, quando muito, de uma garantia de sua reprodução simples. Como “o capitalista se inclina a considerar o preço de custo como o verdadeiro valor intrínseco da mercadoria posto que é o preço necessário para a mera conservação do capital” (Marx, 1984:III/6, 42), o resultado ao longo do tempo é a redução do preço da mercadoria a um preço de produção (preço de custo + lucro) muito próximo do preço de custo, com a aplicação de uma pequena margem lucro que garante a sobrevivência do pequeno capitalista e garante ao grande capital a apropriação do restante da margem de lucro da empresa subordinada. (Viana, 2005: 171)

Este processo de espoliação do pequeno pelo grande capital, registrado tanto por Marx quanto por teóricos posteriores (Lênin;1982, Dobb;1983) era pensado como um fenômeno ligado à dissolução da ordem feudal e introdução do sistema de mercado. Contudo,

Na sociedade capitalista contemporânea [...] as relações de dependência e de extração indireta da mais-valia fazem parte da própria lógica de expansão do capital monopolista que contribui diretamente para a reprodução e reiteração desta relação específica, produzindo, como apontado por Oliveira (2003a), as novas formas subordinadas, pretensamente atrasadas, das quais se nutre o polo dinâmico da acumulação capitalista. Não se tratam mais apenas de empresas familiares subordinadas ao capital comercial, mas de indústrias, às vezes de médio e grande porte, subordinadas por processos deste tipo aos imperativos dos grandes grupos. (Viana, 2005: 172)

É importante notar que o “centro nevrálgico” de uma empresa rede não precisa ser na produção. Encontramos exemplos no comércio, sistema financeiro e mesmo na indústria extrativa na qual encontremos empresas de capital concentrado capazes de impor contratos desiguais a fornecedores, distribuidores ou prestadores de serviço de qualquer tipo. Um ponto central, contudo, é a relação de contrato entre dois capitais calcada na ilusão de “igualdade de direitos” entre as partes.

Além disso, o autor já chamava a atenção para o fato de que

surge, além disto, uma situação intermediária, “o trabalhador contratado como empresa terceirizada”. Esta criação do capitalismo japonês corresponde à ideia de que a maximização da produtividade pode ser obtida através da autonomização de uma parcela da mão-de-obra, constituindo-se pequenas empresas, administradas por ex-operários, que de forma geral seguem sendo trabalhadores no processo produtivo. Neste caso, a relação salarial é substituída pela relação de contrato entre fornecedor e contratante, estando sujeita aos processos de transferência de mais-valia expostos acima. Alguns dos aspectos deste tipo de contrato envolvem a possibilidade de rompimento destes por parte da contratante sem os custos de demissão de mão-de-obra (em particular quando o trabalho específico se torna desnecessário ou obsoleto), o uso de técnicas de envolvimento que comprometem o novo “capitalista” com o sucesso da “parceria” com a grande empresa e, finalmente, a redução dos custos de mão-de-obra relativos a encargos sociais. (Viana, 2005: 184)

A construção dos sujeitos atomizados da sociedade neoliberal encontra a forma perfeita de organização de sua exploração ao forçar/convencer os trabalhadores de que a constituição de cooperativas e, no limite, a transformação dos indivíduos em firmas, pessoas jurídicas autônomas, substituindo o contrato de trabalho por uma relação empresarial, é justa e desejável.

É importante também termos em mente que os novos contratos, seja na forma das empresas de Pessoas Jurídicas, seja na forma dos prestadores de serviços para plataformas, reveste-se da forma de contrato entre capitais, o que altera a forma da exploração criando uma nova forma de ocultação de seu conteúdo.

A plataforma como radicalização do modelo de empresa rede.

Vimos acima que as regras do Welfare se haviam tornado obstáculos, ao limitar a exploração dentro da jornada de trabalho. A contrarrevolução conservadora e neoliberal exige a supressão dos limites da jornada e demais direitos do trabalho. O contrato de trabalho, consolidado nos “trinta anos gloriosos” como marca da civilização ocidental burguesa, passa a ser um empecilho para a acumulação capitalista. Dar a volta a ele torna-se o desafio do capital. Para isso são geradas estratégias nas quais trabalhadores são atomizados e transformados em prestadores individuais de serviços. No

mundo das plataformas encontramos tanto pequenas empresas quanto comerciantes individuais e trabalhadores avulsos desprovidos de capitais¹⁰.

É fácil ver, a partir do exposto anteriormente, que a constituição de plataformas calcadas na internet ou nos aplicativos de celulares constitui uma radicalização do modelo de empresas rede descritos por Chesnais (1996) e cuja forma de exploração por rendas de monopólio é discutido em Viana (2005).

O mais óbvio é o modelo das plataformas de e-commerce no estilo da Amazon norte-americana, mas reproduzida igualmente pelas chinesas AliBaba, AliExpress, Shein e congêneres, mas com exemplos nacionais como as Americanas, Mercado Livre e MagaLu e outras em todos os países do mundo. Tais empresas são basicamente plataformas de vendas nas quais comerciantes isolados anunciam seus produtos se submetendo às regras de envio/segurança e pagando taxas para ter acesso ao “mercado cativo” construído por tais plataformas.

O mesmo modelo, contudo, se aplica a empresas que fornecem serviços de transporte como a Uber e suas congêneres - como a 99Táxi e outras. As empresas gerenciam um aplicativo de chamadas e trabalhadores autônomos se credenciam para prestar os serviços, comprometendo-se a um mínimo de qualidade dos veículos e regras de civilidade no atendimento de passageiros. É interessante notar aqui que o trabalhador deve ser proprietário do meio de capital necessário para prestar os serviços ou ser duplamente explorado ao pagar a diária do veículo para uma locadora.

Os aplicativos de entregas/vendas combinam a exploração dos donos de restaurantes (interessados em ter acesso ao mercado consumidor do aplicativo) com o dos entregadores, cuja taxa de entrega deve ser mantida num preço mínimo com a justificativa de viabilizar o negócio. A forma de exploração é a mesma seja para trabalhadores providos de algum recurso ou nenhum. Também não importa o grau de formação (ou a necessidade de utilizá-lo) ainda que isto possa significar diferenças de remuneração em alguns casos.

A generalização das Pessoas Jurídicas (PJs) como forma de contrato para além do contrato de trabalho salarial

O assalariamento ao que se refere Oliveira acima, que se deu ao longo do século XX, corresponde à proletarização de extensas camadas das chamadas classes médias. Particularmente profissionais liberais, que passam num primeiro momento a viver sob a forma de assalariamento em setores nos quais o Estado predomina (em particular saúde e educação, mas também em outros) onde temos a produção dos chamados “bens públicos” da literatura tradicional ou do anti-valor para Oliveira. Os

¹⁰ Uma discussão sobre as evidências empíricas da expansão do trabalho precarizado gerado por tais plataforma pode ser encontrado no recente texto de Carvalho e Nogueira (2024).

processos de privatização e concessões que acompanham as reformas neoliberais submetem parcelas crescentes de tais profissionais ao acicate da extração de mais-valia.

Os trabalhadores desses setores, normalmente associados a ocupações liberais, sempre tiveram dificuldade de se ver como proletários por fazerem parte de profissões com status social privilegiado. Nesse sentido sempre foram terreno fértil para ideologias que negam sua nova função social de produtores de mais-valia, bem como para mistificações a partir da ideia de “classes médias”, em que o consultório ou o segundo emprego, necessários para uma renda que garanta sua reprodução social, são vistos como “independência” e “empreendedorismo”. Nesse sentido muitos de tais profissionais veem na transformação de seus contratos em contratação como empresas a “reconquista” de uma liberdade pretensamente perdida e/ou um novo *status* sem atentar para o fato de que a mudança apenas altera a forma pela qual se dá a exploração de seu trabalho.

Na outra ponta do processo de terceirização vimos as atividades não essenciais passarem a ser prestadas por firmas menores, particularmente nos serviços de segurança e limpeza, estes foram seguidos pela “flexibilização” de contratos de outros setores como serviços de engenharia e suporte de informática. Em alguns casos os trabalhadores são levados a se transformar em uma pequena empresa ou cooperativa coletiva e depois, de acordo com as legislações nacionais, a flexibilização chega à forma da pessoa jurídica individual.

Os números que abarcam tais trabalhadores são dramáticos: segundo os dados da Pesquisa Dinâmica Econômica, Mudança Social e Novas Pautas de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), calculados com base nas PNADs do IBGE, o número de Especialistas Autônomos sem empregados (onde se concentram as PJs) quase triplicou no espaço de duas décadas, indo de cerca de 750 mil trabalhadores em 2002 para cerca de 2,2 milhões em 2022, sendo que ocorreu uma aceleração desse número a partir da pandemia. Em contraste, a renda real dessa categoria, que chegou a atingir R\$ 6.400 nos anos de 2012-14, regride para menos de 5 mil reais durante a pandemia e registrava uma média de R\$ 5047 em 2022.

A expansão do número de Autônomos com Ativos (na qual se encontram os trabalhadores Uberizados, por exemplo) era de 7,6 milhões de trabalhadores em 2012 e evoluiu para 9,2 milhões de trabalhadores em 2022, sendo que a renda média destes trabalhadores se retrai depois de um pico de R\$ 2.713 em 2014 para R\$ 2.303 em 2022 após um ponto mínimo de R\$ 2.040 registrado no ano de 2020.

Finalmente os autônomos precários que somavam 7,25 milhões de trabalhadores em 2012 chegam a 10,4 milhões de indivíduos. A renda média apresenta uma variação menos acentuada oscilando em torno dos 1.500-1.600 reais, com retração mais marcada durante a pandemia, quando registrou valores

na casa de R\$ 1.300. Chamamos a atenção para o fato de que a soma dessas categorias passa de 15,4% para 18,6% da população economicamente ativa na última década. Segundo dados do SEBRAE¹¹ (2023), 13,2 milhões de brasileiros haviam se registrado como Microempreendedores Individuais (os chamados MEIs), indicando que muitos trabalhadores ainda com empregos formais buscavam formas “empresariais” de complementação de renda.

Os filhos de ugolino: o trabalhador como átomo do capital.

As transformações ocorridas no capitalismo ao longo das últimas décadas apontam, portanto, para um futuro no qual cada vez mais se viva uma indiferenciação entre a posição de um pequeno capitalista e a de um trabalhador autônomo, seja ele um especialista ou não, pois

o processo de disputa pela apropriação da mais-valia através dos preços de mercado aparece, do ponto de vista do pequeno capitalista (ou do trabalhador autônomo) como um processo no qual ele busca garantir a reprodução de sua própria força de trabalho. Como a parcela de lucro que corresponderia ao capital fixo de um pequeno negócio é disputada na forma das rendas do capital monopolista - que fornece ao pequeno capital os produtos (insumos ou mercadorias para revenda) ou o crédito -, no processo cíclico dos negócios, a parcela da renda que caberia ao pagamento dos impostos acaba por ser, ela também, imolada ao capital concentrado – seja consumida, seja usada para pagar os juros ou a fatura, necessários à manutenção do negócio. O processo no qual se confunde o valor das mercadorias com seu preço de custo, gera também confusão para os trabalhadores independentes que vendem seu produto compondo o preço da mercadoria com o de seu tempo de trabalho (salário social médio, o que no caso da base da pirâmide é o mínimo) e não pelo valor agregado por seu trabalho, permitindo desta forma a apropriação por terceiros da mais-valia por ele adicionada ao sistema. Ou seja, o processo de troca desigual segue valendo como explicação do processo de exploração, mesmo se considerarmos o trabalhador avulso despregado de qualquer relação empregatícia como um membro do sistema¹². O crédito é-lhe concedido como capital, e como capital ele deve portar-se. E ao portar-se como pequeno capital nas relações mercantis hegemônicas pelo capital concentrado ele está submetendo-se a um processo pelo qual sua força de

¹¹ Em <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/04/brasil-tem-132-milhoes-de-meis-que-representam-70percent-das-empresas-do-pais.ghtml>

¹² Em linha com o já apontado por Oliveira na *Crítica à Razão Dualista* nos anos 1970.

trabalho (e a de eventuais associados ou familiares) é incorporada ao processo de extração e acumulação de mais-valia. Desta forma o tempo de trabalho e o de não-trabalho se confundem. Como apontado por Oliveira em *O Ornitorrinco*, o capital constante e o capital variável se juntam na informalidade. Toda a ação com vistas à sobrevivência se torna espaço de reprodução social na medida em que os indivíduos estão inseridos na sociedade mercantil capitalista. (Viana, 2005: 183-4)

Não por acaso tais trabalhadores encontram sua representação não nas organizações da classe trabalhadora clássica (sindicatos e partidos), mas em representações de seus espaços de sociabilidade: a igreja, o futebol, a família. Sua experiência objetiva e subjetiva é a de indivíduos desgarrados, vagando entre trabalhos informais, pequenos tempos em empregos sob a CLT, mas sem futuro, como as opressivas centrais de telemarketing. O Estado visto mais como cobrador de impostos do que como provedor de serviços (e quando provedor de má qualidade na forma de educação e saúde cada vez mais mambembes em nome do pagamento de uma dívida pública cujo sentido ninguém entende).

Por fim, a desestruturação das relações de reconhecimento dos trabalhadores como classe social consciente e coesa, que resulta de uma estratificação sem precedentes do mercado de trabalho, se junta à criação de uma grande massa de indivíduos que sequer pode vir a sonhar em ser trabalhadores – os inempregáveis do sociólogo presidente. Ao mesmo tempo, a forma capitalista da propriedade privada que, como vimos, alicerça as relações sociais capitalistas, educa a subjetividade humana a relacionar-se de uma forma completamente direcionada ao mercado, na medida em que o único objetivo válido para a afirmação dos indivíduos nesta sociedade é o consumo. Assim, a impossibilidade de tornar-se consumidor, negado o reconhecimento da exploração como classe, degenera na violência direta por parte dos excluídos. O aumento da violência e da criminalidade torna-se reflexo da situação de exclusão social gerada pelo sistema. (Viana, 2005: 184-5)

A névoa que baixa sobre o campo de batalha da busca pela sobrevivência iguala pequenos empresários, a lumpenburguesia, aos trabalhadores que tantas vezes trabalham ombro a ombro com seus patrões, ainda que estes obtenham rendas ligeiramente superiores aos segundos e estão igualmente submetidos aos grilhões de uma batalha desigual e cuja real dimensão não divisam. De outro lado, a nova conformação da classe trabalhadora liberta para o jogo livre do mercado como parcela de capital em realização, os proletários/patrões de si mesmos, que introjetam a sociabilidade

neoliberal como seus novos filhos, e todos juntos oferecem de bom grado suas parcas carnes buscando a face de um bondoso Prometeu, mas são consumidos por seu verdadeiro e terrível pai: Ugolino.

A mesma lógica se aplica aos setores capitalistas nacionais quando colocados diante do grande capital internacional. As frações burguesas do agro, indústria e finanças nacionais se comportam como sócias menores do grande capital internacional, cada vez mais indistinto na forma de fundos e trustes libertos de suas raízes nacionais. Cada vez mais as burguesias nacionais se assemelham à brasileira, sem um projeto claro de nação, sem a ambição ou o projeto de estabelecer uma hegemonia. Os espaços nacionais se organizam como espaços de exploração enquanto o registro da riqueza, dos que realmente importam, dá-se nos quase anedóticos paraísos fiscais onde Ugolino não tem rosto.

A indeterminação: política do trabalho sem forma.

Como vimos, a fração da força de trabalho em emprego assalariado estável tornou-se minoritária, mais vulnerável, e perdeu influência e radicalidade, enquanto uma fração cada vez maior se caracteriza pela descartabilidade permanente e pela ausência *aparente de formas*. O desemprego prolongado intermitente, o trabalho incerto e descontínuo, um entra e sai constante que oscila entre formas precárias, formas tradicionais de emprego e o desemprego, e vai alterando e desestabilizando as referências que pautavam e ritmavam a vida social. Vimos que os momentos de trabalho são menos nítidos e se sobrepõem aos tempos que seriam para o não trabalho; também os limites dos espaços do trabalho já não são tão nítidos. Assim, os polos binários que marcavam o ritmo da vida e separavam o trabalho do não trabalho vão se desfazendo. Além disso, a referência do contrato, como base do autorreconhecimento e organização das classes sociais, perdeu-se ou ganhou novos sentidos, sendo substituída em parcela crescente por contratos nos quais o trabalhador é posto como capitalista.

Para compreender como Oliveira pensa esse processo da classe de ganhar corpo e sentido, vamos voltar ao método que ele apresenta em *Elo Perdido*. Nessa obra, Oliveira trabalha com categorias construídas mais diretamente a partir do próprio Marx, que depois enriqueceria com o pensamento de Thompson (2004) e Rancière (1996):

...não é suficiente reconhecer na produção material a produção das classes. Faz-se necessário, além disso, um processo de mediações que, fundado sobre o primeiro, constrói o discurso simbólico de re-presentation das classes em suas relações e serve de pressuposto à re-produção (Oliveira, 2003, *elo perdido*, 19)

E é nesse sentido, avançando para os processos de mediação, construção das representações, que Oliveira apresenta a ideia do trabalho sem forma, resultado da contrarrevolução, do ataque

conservador ao trabalho. A sociabilidade dos trabalhadores formada a partir da relação estável de emprego perde seu lugar e a nova realidade é marcada pela indeterminação na relação classe – representação – política.

Leonardo Mello e Silva comenta, em “Chico de Oliveira, sociólogo”, a contribuição do mestre para a análise das classes: “talvez seja esse o maior ensinamento de Chico de Oliveira na análise das classes: a despeito da importância de suas características estruturais, é no campo da política, isto é, na representação, que elas na verdade se definem” (Mello e Silva, 2006, 65). Esse mote, que já estava no *Elo Perdido*, conecta-se na sua produção dos anos 1990 – 2000 com a apropriação por Oliveira das teses de Rancière sobre a política como espaço do dissenso e da diferença. Quando Oliveira fala do espaço da representação política, refere-se a muito mais que apenas a eleição de representantes a cargos públicos. Ele está falando da conversão do interesse da classe, uma tradução desse interesse para o espaço público. E é essa produção da representação política que a falta de *forma* do trabalho afeta, como explica Mello e Silva, com base em Oliveira:

Isso quer dizer que a forma é muito importante. É a forma que homogeneiza, a despeito daquelas diferenças morfológicas de classe que eu mencionei anteriormente (i.e., gênero, idade, raça, qualificação, etc.). É da forma que sai a identidade de classe, porque a identidade de classe é posta como equivalência, perseguida pela medida do tempo de trabalho socialmente necessário. Essa equiparação, sendo necessária, demanda uma forma. Isso explica porque não pode haver classe social para o trabalho informal; e porque o informal é uma “não-classe”: basicamente, a razão pela qual não pode haver classe – e, conseqüentemente, não pode haver uma identidade de classe no informal – é porque não há forma geral pressuposta para esses trabalhos, uma vez que não se trata propriamente de mercadorias reconhecidas pelo seu valor de troca (Mello e Silva, 2006: 66)

Sob uma realidade marcada pela ausência de formas do trabalho, as conexões entre trabalho, classe, representação e os espaços da política não se completam, tampouco se completa o espaço da política. Por isso que, para Oliveira, o problema da política consiste em ultrapassar a fronteira da representação. Telles, com base em Oliveira, explica que o espaço da política se forma nesse movimento de representação e reconhecimento de classe, em que se criam consciências recíprocas de classe. Mas uma mediação necessária a esse processo foi historicamente a criação de um equivalente geral, operado “pelo contrato mercantil, que aciona a ficção da igualdade na trama das relações,

permite a construção do discurso identificador de classe e a definição, em disputa, da medida dessa mesma relação” (Telles 2006, 183).

Telles (2006) nos mostra que a origem dessa interpretação estava já nas teses de Oliveira em “O surgimento do antivalor” (1998), quando ele apresentou a possibilidade da publicização dos conflitos, reconhecimento de alteridades políticas e seu resultado civilizador para o capitalismo.

Em “Passagem na neblina”, escrito no contexto de um evento organizado pelo Partido dos Trabalhadores, Oliveira aplicou seus achados à realidade da política partidária brasileira. Em 2000, avaliava que partidos que se formaram na representação da classe trabalhadora se deslocam, avançando para um público de classe média que se tornou assalariado e, ao mesmo tempo, um público indiferenciado. O movimento sindical assume um papel de representação não mais da classe, mas de sujeitos monetários¹³.

Em *Política numa era de indeterminação*, analisando as coalizões para a eleição presidencial de 2002, Oliveira constata a manifestação do estado de indeterminação na política partidária: “nenhuma linha de força pode ser estabelecida a partir de nenhuma das três coalizões que disputam o poder” (2007, indeterminação, 40) Na falta de formas, são as efemeridades que sustentam as alianças, como o tempo de TV. Todas as candidaturas aspiram agregar a todos, negando as classes e os antagonismos irreconciliáveis, o antagonismo do domínio do capital internacional e da soberania nacional e como se fosse apenas uma questão gerencial conciliar o pagamento do serviço da dívida e das políticas sociais. Todas as principais candidaturas (José Serra, Ciro Gomes e Lula) estavam pautadas pela herança do programa de FHC, ainda quando todos, mesmo o candidato governista, simulasse uma posição crítica em favor de maior desenvolvimento, todos procuraram representar do interesse do capital financeiro à classe trabalhadora, passando por uma burguesia que já não mandava¹⁴. O partido político não conduz e não representa a classe trabalhadora, ele é conduzido pelo jogo efêmero da propaganda política.

Portanto, naquele momento já era possível se constatar que

Caem por terra antigas separações, construções conceituais (...) pelas quais se percebia o mundo; o trabalho abstrato, isto é, a extração de mais-valia por todos os poros, para além do assalariamento clássico, estanca a

¹³ Essa preocupação de Oliveira, apresentada em um texto de 2000, anterior, portanto, ao primeiro governo Lula, se tornou um argumento polêmico e teve ampla repercussão depois de ser mais desenvolvido n’*O Ornitorrinco* em 2003, como parte de uma interpretação sobre o governo Lula.

¹⁴ A questão da indeterminação não se limita à classe trabalhadora. Oliveira observa que as burguesias nacionais tem pouca capacidade de mando, submetidas às condições do capitalismo financeirizado global e que mesmo o capital financeiro não se liga a uma representação de classe.

desmercantilização da vida, dilui direitos, institui outras formas de dominação e, no limite, destrói de forma inédita a voz e a presença da classe em opaca indeterminação (Rizek, 2006, 218)

Com isso se recoloca a questão da “possibilidade/impossibilidade da experiência de classe ganhar corpo e sentido, conformar seus territórios, seus coletivos e mesmo sua materialidade e concretude” (Rizek, 2006, 218) como resultado da devastação neoliberal que avançou para a erosão das bases da constituição de sujeitos políticos. Fez desaparecer a alteridade política das classes e a formação de uma medida comum a partir do conflito político. A política se torna uma indeterminação radical:

as relações são difusas e indeterminadas, as conexões de sentido são erráticas e o conflito social perde sua potência política, ao mesmo tempo em que essa mesma indeterminação e volatização dos espaços da política vão abrindo espaços para intolerâncias, violências e a barbárie de todos os dias (Telles, 2006: 186)¹⁵

O problema que Oliveira desvenda em *Elo Perdido*, *Passagem na Neblina* e *A política numa era de indeterminação*, é essencialmente o elo perdido da classe com a política (a relação entre sua base material, sua representação e a política). No primeiro livro, Oliveira desenvolveu uma pesquisa sobre o tema a partir de um recorte bem definido (tempo e lugar). Na metáfora de *Passagem na Neblina*, Oliveira já expunha o problema da indiscernibilidade das formas do trabalho e as consequências disso para a relação classe– representação-partido. Essa questão foi retomada por ele em *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento* (2007), em que aprofunda a interpretação e desenvolve a questão da relação entre a perda das formas do trabalho, a representação de classe e a ação política da classe.

Oliveira procurava (era seu projeto, junto com outros pesquisadores do CENEDIC¹⁶) as possibilidades de superação da condição antipolítica da indeterminação. Sobre esse problema ele explora diferentes possibilidades em seus textos. Na última seção de *A Política numa era de indeterminação*, ele comenta experiências de invenção política em andamento, mas que não conseguiram dar o “salto quântico” da organização de um novo consenso (como o esforço de sindicatos de se reinventarem sob as novas condições, os encontros do Fórum Social Mundial e a experiência do orçamento participativo). Menciona também o programa de economia solidária de

¹⁵ E assim, a incapacidade de nomeação do inimigo leva jovens e velhos ao colo do populismo reacionário na quadra histórica seguinte e na qual ainda vivemos.

¹⁶ O Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania foi fundado por Chico de Oliveira com a participação de Maria Célia Paoli, Cibele S. Rizek, Vera Telles, Leonardo Mello e Silva, Carlos Alberto Bello, Leda Paulani, entre outros.

Paul Singer, o único que representava de fato, no governo, a proposição de uma economia alternativa ao que foi herdado de FHC. Contudo, nos programas partidários que se apresentaram na disputa política, Oliveira não encontra uma formulação de proposta que seja capaz de pensar uma oposição ao capitalismo financeiro mundializado, não há “política”, apenas “polícia” nos programas dos partidos, com aceitação acrítica da razão do mercado como razão última, nos aprisionando na agenda neoliberal. Oliveira não vê, portanto, vias abertas para a superação por esses meios.

Em *O Momento Lênin*, Oliveira ainda encontra no governo Lula mais uma possibilidade de um caminho alternativo, mesmo sob as condições de indeterminação. É um paradoxo, segundo Oliveira, que um líder que se origina do movimento dos trabalhadores, das suas organizações sindicais e políticas chegue ao poder justamente quando a classe mergulha na indeterminação. Mas havia ali ainda uma possibilidade. Como Lênin que, nas Teses de Abril, a partir de um momento de indeterminação, orientou o movimento revolucionário para o desfecho socialista, Lula poderia ter escolhido cruzar o Rubicão e propor um novo projeto, dentro de um campo de significados orientado para um futuro de superação das limitações das condições brasileiras, mas não o fez. Nesse caso, a chave seria a dimensão de futuro da classe: a partir de seu lugar no debate político, as classes se fizeram a revolução “fazem-na transformadas no seu futuro, não pelo passado, que são apenas as suas pré-figurações” (Oliveira, 2007, 260). O papel do carisma de Lênin foi decisivo nessa construção política, carisma que é também a marca de Lula.

Por fim, a questão do que esperar da condição da indeterminação é retomada em “Marxismo e a condição humana” (2009), mais sob a perspectiva das condições dadas do que das possibilidades. Nesse artigo, Oliveira revisita a questão do trabalho em Marx e, diante da regressão econômica e política da classe trabalhadora, vê emergir com força a categoria da pobreza, ocupando o lugar da classe.

Mas essa pobreza não é uma classe social; é uma regressão, em todos os sentidos. Regressão à pobreza econômica mesma, para a grande maioria, e regressão à pobreza política para os que continuam a trabalhar no chamado mercado formal, com garantias trabalhistas, pois perderam a capacidade de vetar o arbítrio do capital, de pautar a conduta do adversário, e já não são uma classe social; uns e outros são apenas “sacos de batatas”, para utilizar a expressão raivosa do próprio Marx (2009 marxismo e a condição humana)

Isso não significa, no entanto, que desapareçam as tensões sociais. Os conflitos podem ser apaziguados ou reprimidos. Pode haver cooptação, mas a tendência apontada por Oliveira é que sem as instituições que possibilitem a mediação desses conflitos pela política, o que se coloca no seu lugar

é violência e intolerância. Ao ponto de que nem mesmo algo longamente pacificado, como os direitos humanos, possam permanecer incontestes e imunes às novas intolerâncias.

Tanto Telles (2006) quanto Rizek (2006) e Oliveira parecem perceber a tempestade que se avizinha e captar o movimento subterrâneo que emerge da nova forma de organização do capital. A possibilidade do avanço e consolidação de uma nova direita raivosa com traços fascizantes, que emerge como um fenômeno global e desemboca na eleição de Jair Bolsonaro em 2018 no Brasil e suas reflexões nos dão uma boa base sobre a qual avançar na reflexão sobre o tema.

Para além da neblina

Vimos na exposição de como se construiu e desenvolveu a forma da empresa rede e a radicalização de tais modelos na organização das plataformas, que se trata de uma nova forma na qual os contratos de trabalho são estruturados, seja como pessoas jurídicas (e agora de MEIs), seja na forma dos prestadores de serviços para plataformas, e que tais contratos se revestem como relação entre capitais, empresas abstratas, pessoas jurídicas, e não mais entre o clássico trabalhador livre e o empregador capitalista. No caso das plataformas os prestadores de serviço se oferecem como associados, e a nova forma de pactuação vale em certa medida mesmo para o entregador do IFood, embora se trate de uma formalização precária. Não se trata, portanto, de uma generalização da informalização (ainda que essa continue existindo e sendo funcional à acumulação de capitais) na qual grande parte dos serviços passa ao largo de qualquer registro, supervisão estatal ou recolhimento de impostos.

A alteração da forma contratual como se dá a exploração não cria apenas uma nova ocultação de seu conteúdo, o processo busca alterar a própria subjetividade do trabalhador para além dos processos de subsumção encontrados na ponta virtuosa da indústria como estudada por Bendazzoli (2004). O que se insere insidiosamente na sociabilidade dos indivíduos, em sua própria ideologia, entendida como forma de ver o mundo, é o próprio movimento de se ver como uma célula de capital em movimento, um vir a ser com vistas à sua reprodução ampliada. Ainda que, como também vimos, qualquer pretensão de autonomia seja tolhida pelo vínculo contratual que tais indivíduos firmam com o capital concentrado, sejam grandes empresas contratantes, sejam *franchises* ou plataformas. O mesmo raciocínio vale para a pleora de pequenos comerciantes, submetidos ao jugo do *e-commerce* ou submetidos a juros de rolagem de capital numa economia em que o sistema financeiro é hipertrofiado como o brasileiro. Estão todos condenados à reprodução simples do capital, quando logram chegar a tanto¹⁷.

¹⁷ Em Viana (2023) encontramos os dados que mostram claramente a perda de renda sofrida por pequenos empregadores, especialistas autônomos e outras categorias ligadas à chamada classe média assalariada que deram base material aos protestos que deram força à políticos de direita desde 2013 fundamentando a tese de Singer (2012).

É claro que tal movimento não é absoluto, nem estamos aqui em busca de uma determinação economicista do processo. Há um conjunto maior de determinantes, como, por exemplo, uma sociabilidade estimulada por igrejas nas quais imperava a teologia da prosperidade (e agora a teologia do domínio), a frustração de jovens que não encontram postos de trabalho que considerem condizentes com sua formação (ainda que aqui também tenhamos muito de ilusões) e os algoritmos de Banon. As pesquisas eleitorais bem como os mapas de participantes de protestos ligados à extrema-direita apontam claramente a presença lado a lado de motoboys, uma juventude uberizada com formação superior, pequenos e médios negociantes com crescente dificuldade para tocar seus negócios e as velhas viúvas da ditadura militar no caldo do bolsonarismo. Acreditamos que nossa discussão ajuda a entender a presença de trabalhadores em protestos que fundamentalmente jogam contra seus interesses.

Nos parece que estabelecemos assim pistas para entender como, ao lado de uma classe média cujas rendas foram achatadas pelo processo de valorização do salário mínimo, encontramos na base que abraça as propostas fascizantes para a sociedade membros oriundos da própria classe trabalhadora cuja inserção na sociedade foi ressignificada. Como consequência, ao perder a capacidade transformadora, a política pende para pautas morais à direita e as pautas afirmativas à esquerda enquanto as reformas que protegem os interesses da acumulação capitalista passam como “inevitáveis” nos congressos nacionais de diferentes democracias sendo justificadas como “afirmação da liberdade” ou “concessão necessária” segundo o grupo que esteja no poder para gáudio do capital, mais hegemônico do que nunca.

O desafio posto é ir além de apontar a concentração da riqueza em 1%, da população. Precisamos demonstrar como o grande capital concentrado submete a todos, sejam trabalhadores formais ou informais, sejam pequenos capitalistas, a seu jugo e construir um caminho que nos livre da barbárie.

BIBLIOGRAFIA

ABÍLIO, Ludmila, exposição em seminário on-line “O Ornitorrinco”, organizado pelo instituto Alameda e Boitempo Editorial em novembro de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2ixD7k0O3IE&t=1756s>

ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Canal 6, 2014.

BENDEZZOLI, Milena “O Consenso dos Inocentes: construção do consentimento e privatização da vida” Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

BECK, U. *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications, 1992.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo; EDUSP, 2012

- CARVALHO, S. S; NOGUEIRA, A. O. **Você deve lutar pela xepa da feira e dizer que está recompensado**: evidências da plataformização e a precarização do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2024. (Texto para discussão, 2951).
- CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*. Editora Xamã, São Paulo.
- _____, _____ (Coord.) (1998) *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. Editora Xamã, São Paulo.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DRUCK, G. “O totalitarismo neoliberal o trabalho e as classes sociais hoje: algumas notas a partir do legado de Chico de Oliveira” In: Bello, Carlos Alberto; Rizek, Cibele Saliba; Barros, Joana e Mello e Silva, Leonardo (orgs.) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022
- DOBB, Maurice (1983) *A Evolução do Capitalismo*. Abril Cultural (Os Economistas), São Paulo.
- EICHENGREEN, Barry (2000) *A Globalização do Capital: uma história do Sistema Monetário Internacional*. Ed. 34, São Paulo.
- LÊNIN, Vladimir I. (1982) *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Abril Cultural, São Paulo. LEWIS, W. A. (1954) Economic development with unlimited supplies of labour, in Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (eds.), *The Economics of Underdevelopment*, Oxford, Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x>
- MARX, Karl (1984) *El Capital: crítica de la economía política*. Siglo Veintiuno Editores, 14ª Ed., México DF/Madrid/Buenos Aires.
- MELLO E SILVA, L. “Chico de Oliveira, sociólogo” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de **Passagem na neblina**. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Abreu Abramo, 2000
- _____, _____. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003
- _____, _____. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a
- _____, _____. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____, _____. Conferência em Programa Café Filosófico, exibido em 2007; disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nUFxcBYwKs8&t=912s>, consultado em 01/11/2023
- _____, _____ “Marxismo e a condição humana” In: Novaes, A. *Mutações: a condição humana*. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2008
- POCHMANN, Márcio. *O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques “O Desentendimento: política e filosofia.” Editora 34, São Paulo. 1996.

- RIZEK, C. S. “Cidade, Trabalho, Política”. In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____, _____. “Do desmanche à exceção: uma pauta de pesquisa” In: Bello, C. A.; Rizek, C. S.; Barros, J. e Mello e Silva, L. (orgs.) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.
- Singer, André Vitor “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador” 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TELLES, V. S. “Trabalho, cidade e os elos perdidos da política” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 (4ª edição)
- VIANA, A. R. “O Capital *Hegemon*: crítica à economia apolítica” Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: FFLCH/USP, 2005.
- _____, _____. A Aplicação da Noção de Hegemonia às Relações de Mercado. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória (ES). Anais do XI ENEP, 2006.
- _____, _____. Grupos ocupacionais na PNAD Brasil (2002-2015): mudanças e pistas para um mapa de classes a partir da renda. In: POMPEU, J. C. B.; VIANA, A. R.; MAGALHÃES, L. C. G.; GONÇALVES, A. P. V. **Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2023. p. 277-324.